MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 02

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

25 de Abril de 2022

ACTA N.º 2

------Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldes Castanheira e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.----------

------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário,** senhor deputado Luis Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:----------

------**Deputados Municipais eleitos:**----------
------António Gonçalves Cardoso, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Érica Geraldes Castanheira, Bruno Alexandre Afonso Costa, em substituição de Sara Pedroso, Bruno Carlos Soares Ferreira, em substituição de Tyoga Macdonald, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, Miguel Sérgio de Carvalho Afonso Fernandes Dias, Maria José das Neves Fernandes Silva, Horácio Lisboa Afonso, Pedro António Santos Silva, em substituição de Rodrigo Oliveira, Raul Agostinho Simões Martins, Helena Cristina da Gama Dias, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, Dora Sofia Lopes Lemos, Vítor Manuel Lopes Fernandes Almeida, José Miguel Nunes Duarte Marques, Margarida Teresa Gonçalves de Abranches Freire de Figueiredo, Luis Miguel Marques Fontinha e Ricardo Manuel do Amaral Pereira.----------

------**Deputados Municipais com Assento:**----------
------Tesoureiro da Junta de Freguesia de Arganil, Manuel José Martins de Almeida; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Paulo Jorge Marques Carneiro; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro; Presidente da Junta de Freguesia de Pióbão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Víctor Manuel Rodrigues Pedroso; Secretária da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Marta Maria Santos Silva; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Tesoureira da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, Isabel Maria da Veiga Guarda; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.----------

------Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.----------

------Teve a palavra o **Primeiro Secretário**, senhora deputada Érica Castanheira, para referir que "Recebemos**,** de Maria da Graça Costa, carta de agradecimento pelo voto de pesar da AM, pelo falecimento de António Xavier da Maia Carvalho e Costa; da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, convite para a Festa do Queijo Serra da Estrela, de Oliveira do Hospital; de Manuel Ferreira Ramos, da ANAM, apresentação de Protocolo com a DefendeRisk; da Assembleia Municipal do Município de Góis, carta de agradecimento pela manifestação e preocupação da AM de Arganil, pelo estado de saúde do Dr. Manuel Gama, Presidente da Assembleia Municipal de Góis; de Manuel Ferreira Ramos, da ANAM, envio de nota técnica sobre a apresentação de informação orçamental e financeira municipal, pelo auditor externo responsável pela certificação legal de contas; de Manuel Ferreira Ramos, da ANAM, envio de nota técnica sobre a Apreciação do Inventário de Bens; de Manuel Ferreira Ramos, da ANAM, envio de nota técnica sobre a Transferência de Competências para os Municípios".----------

------O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas das senhoras deputadas Tyoga Macdonald, Sara Pedroso, Rodrigo Oliveira, Mário Jorge Henriques, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva e Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça.----------

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - Assuntos de Interesse para o Município.----------

------Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para "fazer uma intervenção inicial;----------
------Quando falamos no 25 de Abril associamos a data à abertura do sistema, que então vigorava, à liberdade e à democracia.----------
------Passados 48 anos, sobre a alteração do regime em Portugal, importa assinalar o facto e as várias mudanças operadas no campo político, social e cultural, que foram levadas a cabo e que resultaram em benefícios evidentes para todos nós.----------
------Sem dúvida que o mundo de hoje é bem diferente e Portugal, em vários momentos, tem procurado integrar-se no seio dos países mais desenvolvidos e acompanhar os novos ritmos da investigação tecnológica e científica.----------
-----Contudo, o histórico destes 48 anos diz-nos que estes desafios nem sempre

prosseguiram de forma linear e persistente, divergindo muitas vezes do caminho do progresso, das reformas que se impunha levar a efeito em diversos sectores de actividade e na defesa da dignidade humana.----------
------As consideradas elites políticas, que têm governado o país, têm-se esquecido que, para ter e manter a liberdade, todos temos que diariamente lutar para sobreviver e vencer.----------
------A euforia de Abril foi amolecendo, as crises financeiras abateram-se sobre o país, a bancarrota esteve à vista, a corrupção alastrou e levou alguns figurantes da sociedade e da política à prisão, o compadrio e o tráfico de influências foi vingando, o descrédito instalou-se na justiça e noutros sectores da administração pública, proliferou o conceito de impunidade, de irresponsabilidade e a falta de respeito pelo nobre povo anónimo da nossa sociedade.----------
------Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, Senhores deputados, o que refiro não é exagerado nem se procura denegrir o regime democrático. Convido-os a fazerem uma breve análise sobre os factos ocorridos e retirem as vossas conclusões.----------
------A minha crítica aqui vai para aqueles que, no exercício da sua liberdade, a usam em benefício próprio, prejudicam os outros e cerceiam sim a nossa liberdade.----------
------Têm sido as chamadas elites especializadas, espalhadas pelos diversos partidos que nos têm governado, que têm sido os responsáveis por esta conduta, pela determinação e implementação das políticas públicas e pela formação de uma opinião que muitas vezes nos afasta dos problemas, das nossas funções e do exercício da nossa inteligência.----------
------Na maioria dos casos, o cidadão tem-se alinhado por princípios partidários e por elites que só lhe concedem o direito do exercício eleitoral periódico. Nessas alturas e para isso é visto e acarinhado.----------
------É somente esta liberdade que a alteração do regime nos concedeu para viver?--
------Que liberdade é esta em que a comunicação social só acompanha e relata o que interessa ao poder?----------
------Que liberdade é esta em que somos subjugados por impostos que limitam a nossa vivência?----------
------Que liberdade temos para cumprir as nossas obrigações familiares, sociais e culturais, dignas de algum bem-estar, quando escasseiam meios económicos para o fazer?----------
------Que liberdade tem esta Câmara para cumprir com o seu programa, devidamente aprovado nesta Assembleia, quando o Governo transfere competências e responsabilidades, mas não as faz acompanhar das devidas dotações para pagamento aos funcionários?----------
------Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, como democratas que somos festejemos a liberdade, mas neste 25 de Abril o que se torna necessário e imperioso é pensarmos o país como um todo, em que as liberdades económicas, sociais e culturais sejam equitativamente distribuídas pelo

poder que nos governa.----------
------As tais elites pensantes que detêm o poder, devem perceber que nós, no interior, também pagamos impostos, fazemos parte do país, fazemo-lo girar e queremos pensar e agir livremente.----------
------Não nos retirem ou coarctem essa possibilidade.----------
------A minha homenagem ao 25 de Abril e àqueles que o possibilitaram consiste em seguir e aprofundar os valores então proclamados e pedir-vos que prossigam esse caminho, lutando sempre pela verdade e pelo bem-estar das populações.----------
------Como atrás disse, a liberdade, que nos é limitada por falta de meios para nos realizarmos na nossa terra, tem de conquistar-se e só com luta persistente e dinâmica temos possibilidade de vencer.----------
------Para finalizar e como exemplo de luta, uma palavra para mais uma vez repudiar a invasão da Ucrânia pela Rússia. Não conseguimos perceber nem descrever as razões para tanta destruição de famílias, de perda de vidas e de infra-estruturas. Todos os meios são utilizados para cometer as mais bárbaras atrocidades e acabar com a Ucrânia como país independente e democrático.----------
------Os crimes cometidos por Putin e seus seguidores terão que ter a necessária e pronta condenação.----------
------Lamento também as posições hipócritas tomadas pelo PCP, apoiando Moscovo e justificando a opressão e o extermínio de um povo. Quando se atinge bairros sociais matando civis, roubando e violando, só existe um objectivo. Exterminar.--------
------Mais uma vez se comprova que o PCP vive a doutrina do passado, do estalinismo e do retrocesso.----------
------Temos pena que o PCP não pratique e não defenda princípios basilares de democracia, como seja o direito de soberania de um povo.----------
------Neste 25 de Abril, esta guerra tem de ser consciencializada, para despertar os nossos sentidos e para prevenir para o aparecimento de falsos profetas, que se dizem portadores de propostas de liberdade, mas que mais não são do que mentiras para nos subjugarem.----------
------Nós queremos e lutamos pela liberdade para viver com dignidade na nossa terra, sem imposições, sem mentiras ou falsas promessas.----------
------Viva a liberdade.----------
------Viva a democracia.----------
------Viva Arganil.”----------

------Teve a palavra a senhora deputada **Dora Lemos** para referir que “tenho um texto para ler sobre o 25 de Abril, mas primeiro gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que lamento profundamente que o ataque ao PCP seja baseado em mentiras. Eu não acredito que o Senhor Presidente e algum membro desta Assembleia que tenha lido as declarações e comunicados do PCP, ou ouvido entrevistas do PCP, que continue a afirmar que o PCP é a favor de Moscovo e a favor desta guerra. Desde o início o PCP sempre foi contra esta guerra,

manifestou-se contra o Putin, que é da extrema-direita; o que fazemos é analisar a situação como um todo e ver os vários responsáveis sobre esta guerra, que não é só a Rússia, é a NATO e a própria Ucrânia, que é liderada pela extrema-direita. Desafio a todos a lerem os comunicados do PCP para concretizarem o vosso pensamento, e olharem e lerem, por A + B, o que o PCP diz. O PCP nunca foi a favor da Rússia e nunca foi a favor da guerra; aliás, o PCP tem sido o único partido que tem-se manifestado a favor da paz, com opções políticas a favor da paz, pela diplomacia, e não pelo armamento. Não custa nada ler e informarem-se.----------
------Vou ler a declaração do PCP sobre o 25 de Abril e depois vou fazer uma pergunta directa ao Senhor Presidente.----------
------Os valores que a Revolução projectou de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania, as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e o povo nas liberdades políticas e nos direitos económicos e sociais reflectiram e deram tradução às reivindicações que durante quase meio século foram afirmadas na acção e luta antifascistas. Essas conquistas e valores continuam, hoje, a afirmar-se como referência para a resposta a problemas actuais e, simultaneamente, como projecto de futuro.----------
------As lutas dos trabalhadores e do povo por melhores salários e pensões, pelo direito à saúde, à educação, à habitação, aos transportes, pela igualdade e não discriminação, são lutas contra a política de direita mas são também lutas por Abril e contra a liquidação das suas conquistas e transformações.----------
------Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.----------
------Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.----------
------Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.----------
------O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.-----
------Viva o 25 de Abril! Viva a Democracia! Viva a Liberdade!----------
------Vou colocar uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara: Senhor Presidente, Tendo em conta que foi feito um investimento de mais de 5 milhões de euros na Zona Industrial da Relvinha, que ficou muito bem na fotografia, é necessário saber o que o Município pretende fazer para que este investimento tenha retorno a médio e longo prazo, com a instalação de empresas e a consequente criação de postos de trabalho e fixação de pessoas, pois será este o objectivo.

------Esta pergunta, Senhor Presidente, já lhe foi feita por alguns membros nesta Assembleia e também nos debates em Campanha eleitoral, pela CDU e pelo PS e nunca foi respondida claramente.----------
------O Município tem algum plano de acção concreto para além da obra efectuada que tenha em vista o investimento de empresas em Arganil? Se sim, qual é?”----------

------Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para “pedir desculpa por ter chegado atrasado e informando, desde já, que terei que sair mais cedo, pelo que peço desculpa por estes imprevistos.----------
------Comemoramos em 2022, os 48 anos do 25 de Abril de 1974. Este ano contém o dia 23 de Março, o dia em que passámos a viver mais tempo em liberdade do que em ditadura.----------
------A constituição da República Portuguesa afirma no seu artigo 1º que "*Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária*".--------
------A construção da sociedade preceituada na nossa Constituição é um processo contínuo, que a ambição do povo português coloca em patamares de reivindicação e exigência cada vez mais elevados porque cada cidadão é, conforme escreveu Miguel Torga em Abril de 1975, “*portador de uma riqueza preciosa e vulnerável: o seu voto, a sua opinião, a sua determinação*”.----------
------Mas nem sempre assim foi. Por isso, particularmente neste dia, a pedagogia da memória deve ser exercida, não na perspectiva de uma reciclagem sem significado de repetição obrigatória, mas na de se assumir o 25 de Abril como um dos nossos maiores marcos colectivos que, neste dia, deve iniciar um processo renovado de educação e consciencialização anual da sociedade, mas particularmente dos mais jovens, do que era o Portugal de outrora e do que é o Portugal de agora, que projectará o Portugal de amanhã.----------
------Os 48 anos que terminaram no dia 25 de Abril de 1974, com o derrube do Estado Novo pelo Movimento das Forças Armadas e a adesão massiva da população, extenuada pela contínua opressão, pela guerra e pelo subdesenvolvimento, deram origem a 48 anos de enormes progressos sociais na saúde, educação, ou na liberdade das mulheres, e na construção progressiva de um Estado social e de um Serviço Nacional de Saúde para todos.----------
------Lídia Jorge colocou este progresso de forma muito clara: “*Um avô que era analfabeto pôde ter um filho que foi formado, e, por sua vez, o seu filho doutor em Harvard. Foi vertiginoso. Do analfabetismo mais escuro passou-se à possibilidade de conseguir níveis culturais, educativos e científicos juntamente com os outros países da Europa*”.----------
------Quando comparado com o tal Portugal de outrora, é necessário afirmar as conquistas desta fantástica evolução: as mulheres têm os mesmos direitos legais que os homens, eliminaram-se os bairros de lata, o número de médicos e funcionários do sector da saúde mais do que quadruplicou, instituiu-se o salário

mínimo nacional, registou-se um aumento generalizado de salários, a garantia de emprego, férias, ou o subsídio de férias e de Natal.----------
------Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 1970 cerca de 26% da população não sabia ler nem escrever, enquanto em 2011, dados dos sensos realizados em 2011, essa percentagem mal superava os 5%, num país onde agora a escolaridade é obrigatória até ao 12.º ano.----------
------Os progressos na educação foram especialmente significativos para as mulheres, com uma presença cada vez maior nas universidades: Até 1970 doutoravam-se duas mulheres por ano e na actualidade as mulheres ultrapassam já os 50% de doutorados.----------
------Também cresceu a percentagem de portugueses com estudos superiores - passámos de 0,9% em 1970 a 17,4% em 2021. Este foi um ponto de partida trágico para o progresso e crescimento de País em que é necessário continuar a investir para atingirmos outros patamares de desenvolvimento.----------
------Sim, o 25 de Abril foi um movimento libertador pela democracia, paz, descolonização e desenvolvimento socioeconómico do nosso país.----------
------É necessário recordar que a liberdade não é um *status* garantido. Foi conquistada com enorme sacrifício após uma resistência de 48 anos que causou mortos, feridos, prisões, tortura, demissões, exílios, guerra. É o dia de recordarmos a luta estrénua e corajosa que desgastou o regime, e que a ação inesquecível dos Capitães de Abril finalmente derrubou, e não darmos como garantida a perpetuação de um património tão fulcral e determinante nas vidas de todos nós.----------
------Assim, a pedagogia da memória que referi há pouco, é igualmente referente aos homens e mulheres que não deixaram de sonhar e que acalentaram em si a esperança escrita por Jorge de Sena: "*Não hei-de morrer sem saber qual a cor da liberdade*", e que corporizaram a coragem escrita por Manuel Alegre: "*há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não*".----------
------Uma esperança que não foi muda ou quieta, foi desassossegada e brava, dolorosa e sacrificada, corporizada na coragem com consequências pessoais e familiares dos que ousaram resistir.----------
------Bertold Brecht escreveu que "*Os democratas têm a responsabilidade e o dever moral de não deixar que a espuma do tempo faça apagar os nomes de quem se bateu para honrar a consciência humanista e o livre pensamento. Os que lutam toda a vida. Esses são os imprescindíveis*."----------
------Como tal, e não posso deixar de referir, é com tristeza e enorme revolta que verifico que a espuma do tempo faz desvanecer a memória destes homens e destas mulheres, verificando-se que são as estruturas democráticas locais que contribuem para esse esquecimento e, mais grave, contribuem para a regeneração de figuras sinistras dos tempos negros do Estado Novo. E é por essa razão que retorno à atribuição do nome de uma Rua a Alfredo dos Santos Júnior, um dos ultras do Regime Fascista, um dos autores morais do assassinato do General Humberto Delgado e, alegadamente, envolvido no escândalo do Ballet Rose, em que diversos

homens ligados às mais altas cúpulas do Estado Novo participavam em orgias sexuais com crianças entre os 8 e os 12 anos – este homem tem uma rua com o seu nome em Côja, para que todos saibam.----------
------E é por essa razão que também retorno à recusa do executivo municipal em conceder a atribuição da medalha de ouro do concelho de Arganil a um capitão de Abril do nosso concelho. Estas situações fazem-me recordar a deplorável decisão de Cavaco Silva, que viria a negar uma pensão aos Capitães de Abril, Salgueiro Maia e David Martelo, recusando considerar que o 25 de Abril constituía a prestação de serviços relevantes ao País, contrariamente ao que esteve na base da sua decisão em atribuir essa pensão a dois agentes da PIDE/DGS, por considerar que a sua participação na guerra colonial era merecedora da classificação de serviços relevantes ao País!----------
------Tal como Vasco Lourenço, "*Confesso que, por mais tolerante que queira ser, não consigo praticar essa virtude, para com quem continua a proceder com tanta hipocrisia!*"----------
------Termino com um pequeno excerto da Explicação do País de Abril, escrito por Manuel Alegre na obra Praça da Canção, em 1965:----------
------*Mais aprende que o mundo é do tamanho que os homens queiram que o mundo tenha: o tamanho que os ventos dão aos homens quando sopram à noite no País de Abril*.----------
------Viva o 25 de Abril!----------
------Viva a Liberdade!"----------

------Teve a palavra o senhor deputado **Ricardo Pereira** para referir "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros Deputados Municipais;----------
------O assunto que trago hoje a esta assembleia, relaciona-se com o DL 82/2021 de 13 de Outubro, que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) no território continental e define as suas regras de funcionamento e aplicação, assim como a Carta de Perigosidade Estrutural.----------
------No seu sumário o referido DL refere o seguinte que passo a citar: "O impacto dramático dos grandes incêndios rurais nas vidas dos portugueses, com perda de vidas, bens e milhares de hectares de floresta, determinou a vontade firme de mudança do paradigma nacional em matéria de prevenção e combate aos fogos rurais, de que são expressão as orientações aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de Outubro, e os princípios expressos na Directiva Única de Prevenção e Combate, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de Março.----------
------Depois dos famigerados incêndios de 2017, em que o nosso território foi praticamente dizimado, em que vidas se perderam, em que estivemos à espera da visita do Ex e agora actual Primeiro-Ministro, António Costa, que nunca aconteceu, o Governo da Nação, resolveu publicar em DR o referido DL, que por acaso, pasme-

se, até foi publicado em Plena Campanha Eleitoral das Autárquicas, assim como quem não quer a coisa!!!----------

------No seu artigo 17º, Âmbito de Intervenção das Autarquias Locais, define as competências das Autarquias, que mais não são do que obrigações para com as suas populações, destaco aqui a alínea s) do ponto 1, que passo a citar: "As Autarquias, inserem na planta de condicionantes dos planos territoriais as áreas de perigosidade «alta» e «muito alta» constantes na carta de perigosidade de incêndio rural e as servidões administrativas que sejam estabelecidas no âmbito do SGIFR e divulgam as Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) e as redes de faixas de gestão de combustíveis localizadas nos respectivos concelhos." E o ponto 2 do mesmo artigo que refere o seguinte: "Os municípios, através da câmara municipal, podem contratualizar com as freguesias, ou delegar nestas, as competências necessárias para a execução de medidas previstas no número anterior, nos termos e com os limites estabelecidos na lei". Ora, eis aqui uma parte da questão. Se são os Municípios a tratar desta questão e com os custos inerentes, teremos mais uma despesa. Foi aqui expresso um sentido de voto da oposição, aquando da votação do Orçamento Municipal e das GOP, que entendia os cortes feitos pelo governo nas verbas transferidas para o município, mas que mesmo assim achava que o município poderia fazer mais. Teremos nós aqui outra situação do tipo da Delegação de Competências da Educação, da Saúde e do Sector Social, onde o Município trata das coisas, e depois o Estado Central transfere o que lhes apetece, ao verdadeiro estilo do, toma lá esta migalha que nós vos damos e tratem de a fazer render!!!----------

------A entrada em vigor do DL82/2021, de 13 de Outubro, na sua redação actual, revoga os PMDFCI e respectivos anexos, como a **Carta de Perigosidade**. Neste novo diploma também são revistas as normas para edificação em espaço rural sob a perspectiva do SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS NO TERRITÓRIO CONTINENTAL, onde chamo a atenção especial dos Senhores Presidentes das Juntas aqui presentes, nos artigos 60º e 61º, passando a incidir sobre todas as edificações em vez de apenas sobre edifícios, ou seja é aplicável a todas "actividades ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência" (definição de edificação).----------

------Apesar dos preceitos processuais, "do que é possível ou não fazer" em matéria regulamentar e possuir alguma semelhança com o revogado DL124/2006, de 28 de Junho, na sua última redação, a nova legislação passa a estar associada à Carta de Perigosidade Estrutural, publicada através do Aviso (extracto) 6345/2022 de 28 de Março, que faz caducar as cartas de perigosidade dos PMDFCI – trouxe um exemplar para todos verem, toda a região da Beira Serra está pintada de vermelho; mesmo aqui à beira da albufeira da Barragem das Fronhas e de outras zonas, como

a Barragem da Aguieira, está tudo pintado de vermelho, o que significa que são áreas de alta ou muito alta perigosidade.----------
------E é aqui que reside outra parte da questão, uma vez que a abordagem desta nova carta é bastante mais exigente na classificação do território, passando a **maioria do concelho de Arganil e toda a região interior da CIMRC a estar classificada com perigosidade "Alta" e "Muito Alta".**----------
------Na prática isto resulta na aplicação do Artigo nº 60º do novo DL, que passo a citar: "*1 - Nas áreas das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) correspondentes às classes de perigosidade de incêndio rural 'alta' e 'muito alta', delimitadas na carta de perigosidade de incêndio rural ou já inseridas na planta de condicionantes do plano territorial aplicável, nos termos do nº 6 do artigo 41º, em solo rústico, com excepção dos aglomerados rurais, são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação.* "ou seja, à excepção do "solo urbano" (inclui aglomerados rurais) são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação.----------
------Fora das *Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS)* vigorará o Artigo nº 61º, que delibera no seu ponto 1 o seguinte:" *a) Adopção pelo interessado de uma faixa de gestão de combustível com a largura de 50 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;*----------
------*b) Afastamento à estrema do prédio, ou à estrema de prédio confinante pertencente ao mesmo proprietário, nunca inferior a 50 m;"*----------
------Refere ainda o Artigo nº 60º no seu ponto 3 o seguinte: Competirá à câmara municipal a verificação das excepções previstas, havendo lugar a **parecer vinculativo** - não vá alguém lembrar-se de pôr um processo como o de Pedrógão, da comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais, a emitir no prazo de 30 dias.----------
------De referir ainda a título de curiosidade que nos casos de infra-estruturas de transporte de gás e de produtos petrolíferos, a largura da faixa de gestão de combustível estabelecida é triplicada.----------
------Senhor, Presidente, Senhores Deputados, esta é uma condição severa à edificação na maioria do território do concelho face à dimensão da propriedade. Uma propriedade caracterizada por ser de pequena área. Quando tanto se fala em desertificação do interior, aparecem estas leis, decretadas por gabinetes, chefiados por alguém que se calhar nem nunca passou pela beira Serra, à excepção se calhar das famosas campanhas eleitorais. Senhor Presidente da Câmara, questiono-o apenas para saber se a CMA foi ouvida para a elaboração desta Carta de Perigosidade?----------
------Neste dia 25 de Abril, dia da Liberdade, temos todos nós liberdade para pensar, liberdade para dizer, que esta região também é Portugal, embora isso às vezes não pareça, que também temos direito a ter as mesmas condições que os grandes centros, embora esses tenham um número de votos bem superior, que pagamos os

mesmos impostos como os cidadãos dos grandes centros, que não queremos ser tratados como se vivêssemos noutro país.----------
------Não podemos admitir, que um qualquer entendido na matéria, fechado no seu gabinete na capital, julgando-se dono do saber e da razão, tendo um CV daqueles que nós sabemos, cheios de experiencias universitárias/políticas, condicione a vida daqueles que tendo o seu pedaço de terreno aqui na Beira Serra, não o possam usufruir, e aí possam criar os seus filhos e o seu cantinho à Beira Serra plantado.-----
------Tenho Dito. Obrigado."----------

------Teve a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para dizer "a propósito da data que hoje comemoramos, gostaria de recordar que um dos direitos fundamentais de Abril de 1974 nos trouxe, foi precisamente os direitos à informação e à oposição nos órgãos deliberativos das autarquias locais, sendo hoje um dos pilares da República, a chamada Administração Aberta. Quer isto dizer que todos os órgãos da administração pública têm a obrigação de disponibilizarem proactivamente, de forma completa, organizada e em linguagem acessível a todos os cidadãos, um elenco significativo de informação que, pela sua relevância e natureza, deve ser considerada pública e acessível a todos. Promovem-se, se este for o comportamento administrativo, a participação pública e o alargamento das discussões informadas, por parte dos cidadãos em geral, e mais concretamente no seio da própria Assembleia Municipal, que aliás é a razão da sua existência. O que temos, ao invés, verificado ao longo destes últimos tempos de governação autárquica, é a disponibilização reactiva de dados e documentos, com informação escassa, nebulosa e muitas vezes nula, revelador de uma postura política em tudo contrária ao espírito de Abril. Passo a explicar a razão de ser pela qual trago esta matéria à colação, no dia de hoje em particular. Na última sessão desta Assembleia Municipal, foi o Senhor Presidente da Câmara interpelado por um deputado da minha bancada, sobre um assunto pertinente da governação do município, ao que, como já vem sendo hábito, nada foi respondido ou esclarecido. Perante ausência de resposta, o mesmo deputado, questionou o Senhor Presidente sobre o que estava aqui a fazer a oposição, sendo que, por regra, não tinha respostas esclarecidas às questões colocadas. Pasme-se com a resposta do Senhor Presidente da Câmara, e cito: *se não estás bem*, muda-te, acrescentaria eu. Fiquei estupefacta e ainda na dúvida, se teria ouvido bem. Não vou comentar por uma questão de delicadeza, pois de tão indigno, o tema daria pano para mangas. Não posso, no entanto, deixar de recordar que o direito à informação consagrado no artigo 268º da Constituição da República Portuguesa, compreende o direito de comunicar publicamente informações sem impedimentos e discriminações, o direito de as procurar, o direito de as receber, e de ser mantido informado, em nome do princípio da publicidade e transparência da ação administrativa como única forma aliás, de serem respeitados os direitos e interesses dos cidadãos, dando-lhes assim a conhecer as resoluções que sobre eles forem tomadas. Senhor Presidente da Câmara, V. Exª, com o seu comportamento evasivo,

desconsidera os deputados municipais ou tem pouco para apresentar, o que é preocupante. O tempo passa e tarda em aparecerem as ideias e muito menos as concretizações. Colmata-se este vazio com demonstrações de arrogância e falta de fairplay, mas não é este o espírito de Abril. Como diziam os romanos, *sic transit gloria mundi* que é como quem diz a glória do mundo é efémera. Qualquer dia estará V.Exª o Senhor Presidente deste lado da bancada, a fazer perguntas e a colocar questões, com certeza com toda a legitimidade, ao executivo do Partido Socialista e terá então oportunidade de conhecer o verdadeiro espírito de Abril. Muito obrigada."--

------Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para "deixar uma nota às considerações que foram agora feitas; penso que todos percebemos, na última Assembleia, que a questão principal aqui, foi uma questão de gestão de tempo e que nos deparámos com o contador dos minutos a zero, a certa altura e, ou não se respondia a mais nada, ou não se fazia mais nada senão responder; penso que toda a gente ficou esclarecida, e não teve nada a ver com falta de vontade de dar as devidas respostas que em todo o tempo e que em muitas ocasiões foram dadas e que continuarão a ser dadas. Penso que todos percebemos aqui e é exagerado dizer que é falta de cobertura democrática, porque todos percebemos que foi um problema de gestão de tempo e penso que tudo isso será hoje resolvido.----------
------Partilho com todos a satisfação de ver Arganil como concelho pioneiro na área cultural, através da criação e apresentação da Carta Cultural de Arganil.----------
------Para quem esteve menos atento, a apresentação deste documento, que pretende ser um instrumento em construção constante, foi apresentado no passado dia 2, durante o Seminário Internacional "Cultura e participação", onde participaram responsáveis por projectos inovadores nesta área de todo o país e internacionais.----
------A Carta Cultural de Arganil pretende ser uma espécie de mapa, que se vai adaptando às mudanças sociais e aos objectivos de todos quantos se interessam pela programação nesta área. Foram convidadas as associações culturais e recreativas, muitas responderam ao apelo e conseguiram-se momento de partilha, contribuição e reflexão entre todos.----------
------Se é verdade que o movimento associativo tem sido a base de muitas manifestações culturais, principalmente naquilo que tem a ver com a preservação das tradições, estamos num momento em que, por força das mudanças demográficas e das consequências da pandemia há que assumir as dificuldades e juntar esforços para que a cultura possa ser de todos e para todos.----------
------De facto, a Cultura, para desempenhar o seu papel, tem que envolver a comunidade, não apenas na fruição, mas na criação e foi neste ponto que a carta cultural de Arganil assume esse carácter inovador. A política cultural do concelho tem que envolver a responsabilidade de todos, foi esse o repto lançado pelo Município. Cerca de vinte colectividades participaram nos trabalhos, em que se realçou a importância de todos trabalharem em rede, dividindo os recursos, dialogando acerca de possíveis colaborações.----------

------Tive oportunidade de participar numa destas sessões e volto a realçar que é fundamental “sair da concha”, assumir que aquilo que se fazia há 10/20 anos pode já não resultar neste momento e trabalhar em conjunto.----------
------O trabalho não terminou com a apresentação do projecto, há mais sessões agendadas, para continuar a encontrar formas de envolver a comunidade e os agentes culturais e, evidentemente, quantas mais sugestões forem feitas, mais pontes se podem construir e só desta forma poderá o Município ajudar, dentro das suas competências e possibilidades.----------
------Penso que a mensagem principal desta Carta Cultural de Arganil é colocar a cultura nas mãos de todos nós, colectividades e público. É essencial quebrar o ciclo da lamentação e partir para o ciclo da transformação. Como todas as evoluções, há “dores” e perdas, mas será muito mais o que se ganhará, se não estivermos de costas voltadas e recebermos, de boa vontade, as ferramentas que nos permitam valorizar o que temos de genuíno, o nosso amor à terra e ao nosso património.”-------

------Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para dizer “Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Cardoso, e demais Deputados Municipais;----------
------Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Paulo Costa, e demais vereadores;----------
------Exmos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e todos os demais presentes:----------
------Nasci na Maternidade Daniel de Matos, em Coimbra, em 1987, filho mais novo de um casal da classe média. E, confesso que entre tantas outras sortes, bem afortunado que sou, pois a minha primeira respiração foi em democracia. Afortunado que sou, pois estudei durante doze anos em escolas públicas, beneficiei de ensino musical em Conservatório Nacional durante 10 anos. Afortunado que sou pois acedi ao Ensino Superior, que me possibilitou a fantástica oportunidade de conhecer outros países durante vários meses ao abrigo de programa educativo europeu até começar a trabalhar aos 22 anos.----------
------Hoje, continuo a respirar a e em democracia. Mas tal como a respiração, só me dou conta que ela existe, quando sou obrigado a nela pensar. E como eu, arrisco-me a dizer, todo um povo, que já integrou a liberdade há 48 anos, caindo provavelmente no erro de não se dar conta que ela existe. Está segura, é “praça conquistada” pensamos todos nós.----------
------Mas hoje, que penso nela, reconheço o muito que lhe devo. E é até meu dever moral, cívico e intelectual, reconhecer e agradecer a herança que recebi, sem que nada tenha feito para tal. Reconhecer e agradecer a democracia irreverente de Abril e a democracia sensata de Novembro, que com a inspiração de um ideário europeu se concretizaram num Estado Social, o qual conseguiu resgatar camadas de população inevitavelmente condenadas à pobreza, trazendo-as para a classe média,

oferecendo-lhes um outro futuro, com mais segurança, mais educação, mais saúde, mais prosperidade e bem-estar.----------
------Ao contrário de muitos de vós, sou, como devem imaginar, um desses sujeitos a quem já não faz sentido questionar "Onde estavas no 25 de Abril?". Mas sou um dos muitos sujeitos a quem devereis perguntar onde estaria eu, quem seria eu se não tivesse havido 25 de Abril. E é-me difícil sequer imaginar. Porque 48 anos depois, o país transformou-se tanto, que é impossível transportar-me para esse tempo. Todavia, ao experimentar percorrer as notáveis páginas da edição número 7171 de "A Comarca de Arganil" de 27 de Abril de 1974, a qual destacava naturalmente que "*Uma junta militar governa o país desde quinta-feira passada*", uma outra pequena notícia me chamou à atenção. Na última página, ao canto: "*mulher de 25 anos reanimada nos Hospitais da Universidade de Coimbra, vítima de tétano grave*". E para mim, esta pequena notícia de poucas linhas elucida-me o que seria o país antes de Abril de 1974.----------
------Claro que nem todo o progresso que se deu em Portugal nas últimas décadas se deve exclusivamente à conquista da Democracia, mas neste caminho de maturidade, convém evocar o "antes" e o "depois", trazer à memória colectiva os sonhos, as lutas e os resultados dos sacrifícios daqueles que ousaram instaurar em Portugal o mais justo dos sistemas políticos que o Homem alguma vez construiu.-----
------Como tal, proponho-me reformular o início desta minha intervenção:----------
------Nasci na Maternidade Daniel de Matos, em Coimbra, em 1987. E, confesso que entre tantas outras sortes, afortunado que sou, pois a minha primeira respiração foi em democracia. Afortunado que sou, pois àquela data, a probabilidade de morrer no primeiro ano de vida era quatro vezes menor do que em 1974. Afortunado que sou pois à data que entrei para o ensino secundário, a taxa de analfabetismo era mais de metade da existente em 1974. Afortunado que sou, pois desconheço por completo esses tempos da "outra senhora", do lápis azul, da Legião portuguesa, da Guerra, da ruralidade e do "orgulhosamente sós".----------
------A propósito, quanta fortuna temos nós nos dias de hoje, ao pertencermos à União Europeia, à Moeda Única, à NATO. Infelizmente, apercebemo-nos da pior maneira, dessa riqueza que possuímos, desejada por muitos povos, nomeadamente por milhões de ucranianos que lutam em desespero neste momento para um dia igualmente a alcançar.----------
------Num outro plano, gostaria agora de conduzir a minha intervenção para felicitar o Município de Arganil pelos esforços que tem dirigido na área da Cultura e da Educação. Assim, porque sendo a educação e a cultura importantes marcos na diminuição das assimetrias e desigualdades sociais, e por isso, mais um legado que a Liberdade nos concedeu, congratulo-me ao constatar que nos últimos meses, mesmo com os constrangimentos ditados pela situação pandémica, Arganil manteve uma agenda cultural constante e diversificada.----------
------Refiro-me particularmente aos projectos "À Beira do Fado", que continuará patente até Agosto próximo, em cooperação com os municípios vizinhos de Oliveira

do Hospital e da Pampilhosa da Serra; destaco igualmente, e como não poderia deixar de ser, a XXVII Feira do Livro, que, ano após ano, mantém uma dinâmica muito assinalável (não só na componente de exposição, mas também de programação cultural e artística); a 13ª Edição do Festival Arganil Rock, resultado também de uma forte mobilização dos agentes culturais e associativos do Concelho; o "Páscoa na Vila", que trouxe, uma vez mais, movimento e alegria ao Centro da Vila de Arganil no fim-de-semana de Páscoa; e os vários espectáculos de música, dança e teatro que as associações, escolas, instituições e colectividades do Concelho levaram a cabo nas últimas semanas, a que se somam as diversas actividades e eventos levados a cabo ou apoiados pelas juntas e uniões de junta de freguesia do concelho, e que são bem demonstrativos da vivacidade e do fulgor, mas também da coragem e abnegação das nossas gentes, após mais de dois anos de limitações e restrições.----------

------Já no domínio da educação, partilho a preocupação pela situação actual provocada pelo atabalhoado, desastroso processo de transferência de competências que, não fosse a gravidade das consequências aí à vista de todos, adjectivaria até como anedótico.----------

------Assim, e ao contrário da esfera da acção social, cujo limite temporal para transferência de competências passou para Janeiro de 2023, e mesmo ao contrário da Saúde, em que este processo carece (e bem) de formalização através de auto de transferência a assinar pelo Ministério da Saúde, as administrações regionais de saúde e os municípios, no caso da Educação, este processo de descentralização já começou no passado dia 1 de Abril. E antes fosse mentira… E porquê?----------

------Vou tentar justificar-me citando, uma entrevista que tive oportunidade de ler ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Dr. Carlos Miguel, publicada no passado dia 14 de Abril. Afirma o responsável governativo que esta dita reforma é positiva, porque traz mais escrutínio e exigência para o Estado. E dá como exemplo, a sua Unidade de Saúde Familiar, que (e vou citar) "*é uma unidade excelente mas cujo ar condicionado está avariado há mais de 10 anos. Se a competência já estivesse na Câmara Municipal, de certeza absoluta que já estava reparada. E porquê? Porque de certeza absoluta que o presidente da Câmara todos os dias se cruzava com alguém que o lembrava disso. Enquanto que quando esta competência estiver no Ministério da Saúde, o utente nunca se cruza com ninguém desse ministério para reclamar o arranjo*."----------

------Ou seja, constato que esta pseudo-reforma não passa de um passa-culpas. Está a transformar-se, infelizmente, não numa transferência de competências, mas numa transferência de incompetências.----------

------Mas, poderão responder-me alguns de vós que, se este processo servir para que efectivamente os ares condicionados sejam reparados, isso já é positivo para o cidadão. Até seria tentado a concordar, não fosse o outro grande problema de todo este processo, infelizmente já bem visível no caso da educação: o desajuste existente entre os montantes necessários a transferir para assunção das

competências e as efectivas contrapartidas transferidas para os municípios. E sobre este ponto, quero sublinhar que esta visão não é a visão do Município de Arganil ou do município do Porto, ou do município de Lisboa. É a visão da Associação Nacional de Municípios Portugueses.----------
------E, na melhor das hipóteses, as consequências quais serão? Vejamos, por exemplo, no caso da educação, se o montante transferido pela administração central cobrir os salários dos trabalhadores, mas não chegar para pagar outras despesas básicas, as autarquias terão de fazer as suas escolhas. E não tenho dúvidas de que os salários serão pagos, mas tenho igualmente a certeza de que os ares condicionados estarão e continuarão a estar avariados.----------
------Por último, e para encerrar este assunto, quero também lamentar o ambiente em que todo este processo se encontra a decorrer. É que, exceptuando os vários adiamentos, para o Estado Central, este era um processo decidido e (pré) determinado em Lisboa. De pouco ou nada interessou a opinião ou a disponibilidade das autarquias, que aliás, naturalmente foram recusando a aceitação das novas competências. Portanto, algo que seria um processo bem-intencionado, na melhor da cultura e espírito democráticos, é, afinal de contas, um embuste disfarçado e pouco honesto, que coloca em causa a sustentabilidade financeira dos municípios. É por isso que não posso estar mais de acordo com a postura activa do Sr. Presidente desta Câmara Municipal na denúncia deste caos administrativo, mas acima de tudo na intransigente defesa dos interesses da autarquia de Arganil. E aproveitando também esta ocasião, e porque estas questões andam de braços dados, gostaria de lhe questionar directamente, Senhor Presidente, relativamente à reabilitação e requalificação do edifício da Escola Secundária de Arganil, existe algum tipo de novidade em relação a esse processo?----------
------Termino, Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, fazendo um viva à nossa Democracia e ao nosso poder local, lembrando que foi há 48 anos. Porém, entendam-me, prefiro pensar, como escrevia “A Comarca” em Abril de 1974, que foi apenas na passada quinta-feira. Muito obrigado.”----------

------Teve a palavra o senhor deputado **Vítor Almeida** para referir que “vou ser breve, porque o que tinha a dizer sobre este tema já o disse na última Assembleia e acho que já todos percebemos que o impacto daquilo que nós discutimos na última Assembleia está a ser maior do que esperávamos e está a demorar mais tempo do que também esperávamos, daí que penso que futuramente este tema vai estar em cima da mesa, não só pelos ideais que aqui defendemos, democráticos, do 25 de Abril, aquilo que outros deputados já mencionaram, mas também por aquilo que é o impacto na gestão do próprio município e também nas Juntas de Freguesia, com o aumento de custos, etc. Isto tem impacto directo nas nossas vidas. Para não interpretar isto como algo que possa chegar a um ponto pessoal, entre deputados municipais, como a Dora Lemos, eu gostava de esclarecer algumas dúvidas que foram aqui colocadas e fazer aquilo que chamo de polígrafo da política, e esclarecer

os deputados municipais sobre as verdades que foram hoje sonegadas ou adulteradas pela deputada do Partido Comunista; 1º, constato que, para o Partido Comunista, o português tem alguma dificuldade em decidir se isto é uma invasão em grande escala ou se é uma operação militar especial. Eu já ouvi várias versões dos Comunistas e penso que neste momento já não há dúvidas de que é uma invasão, com um plano, a longo prazo, de unir toda aquela zona da Transnístria, como já foi dito; 2º, a paz que a deputada municipal defende, é uma paz da rendição incondicional da Ucrânia, porque se nós não armarmos a Ucrânia, se não a ajudarmos a defender-se, o resultado é a rendição incondicional e a ocupação militar daquele país e depois seguirá para Transnístria, Moldova, a seguir serão os países bálticos, e a seguir vamos ver se não é a Polónia. Quando vejo a Finlândia e a Suécia, que são países governados por senhoras de partidos de esquerda, sociais-democratas e socialistas, que é curioso, a quererem entrar na NATO, se calhar a NATO não é um papão, se calhar a NATO tem sido um defensor da democracia, que fique bem claro. Há aqui uma coisa que é muito clara, o agressor está bem identificado; 3º ponto, objectivo da Rússia, eu concordo com a Dora quando diz que o Putin é um ditador, estamos todos de acordo, aliás, foi alguém que financiou o partido de extrema-direita como a Marine Le Pen e financiou também outros partidos. Mas há uma coisa que é clara, e isso sei eu de fonte limpa, porque estou neste momento a coordenar o Gabinete de Apoio Humanitário da Ordem dos Médicos na Ucrânia, e estou em contacto directo com os colegas: as bandeiras que são hasteadas nas zonas ocupadas, são as antigas bandeiras da União Soviética, não são só russas. E os blindados russos que estão a entrar naquela zona andam, muitos deles, identificados com a bandeira da União Soviética que, curiosamente, tem um símbolo muito semelhante ao do vosso partido, que fique bem claro, a cor é a mesma e o símbolo é o mesmo. Referente à extrema-direita na Ucrânia, que fique bem claro, há alguns partidos neste momento que formaram uma coligação de extrema-direita na Ucrânia, que é o Sector Direita, o Corpo Nacional e a Iniciativa YAROSH. Sabe qual é a percentagem daqueles partidos no Parlamento da Ucrânia? 2,09%, nem passaram a barreira dos 5%; 2%. Em Portugal temos o CHEGA com 7,18%; estou à espera que a Espanha lance uma operação de libertação e de desnazificação de Portugal, com estes números que nós temos. Vamos ser coerentes.----------

------Para terminar, referente ao 25 de Abril, a verdade é que no 25 de Abril, o Partido Comunista Português quis substituir uma ditadura por outro tipo de ditadura e quem nos valeu foram de facto os políticos, nomeadamente do Partido Socialista e de homens como o Presidente da República, que na altura seguraram o país; o PCP não é o grande defensor do 25 de Abril, atenção a isso."----------

------**Saiu da sala o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, deixando de participar nos trabalhos**.----------

------Teve a palavra a senhora deputada **Dora Lemos** para dizer que “em primeiro lugar, não percebo porque é que numa Assembleia Municipal estão sempre a tem sido um ataque ao PCP por posições, ainda por cima, que não correspondem à verdade; não percebo o que é que isso tem a ver com a minha prestação aqui nesta Assembleia Municipal, pois nós estamos aqui para resolver questões locais, as questões nacionais são mais do que discutidas na Assembleia da República, portanto não percebo essa necessidade, veemente, de me estarem a atacar. Em segundo lugar, só quando lerem os comunicados do PCP é que podem dizer algo. A Rússia já não é comunista, independentemente se alguém resolve usar uma bandeira comunista, mas a Rússia já não é comunista há muito tempo, é só uma questão de avaliarem a história, a Rússia é liderada pela extrema-direita. Gostava de vos fazer uma pergunta directamente: porque é que na Ucrânia, desde 2014, foram proibidos 11 partidos, inclusive o Partido Socialista, e tem havido uma perseguição – se não sabem disto é uma questão de se informarem, perseguição a sindicalistas e a comunistas. Eu digo que o Zelensky, o Putin e o Salazar têm uma coisa em comum: perseguiam comunistas. Agora façam a vossa avaliação; se se fizesse novamente aqui, o que se faz na Ucrânia, nós não estaríamos aqui todos a ter lugar para falar. É só uma questão de ler, analisar, e inclusive, na defesa da paz, a nossa posição é partilhada com a do Vaticano; é uma questão de se informarem.”----------

------Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer “em primeiro lugar quero fazer dois votos de parabenização; o primeiro, em relação a esta data importante, que alguns dos senhores deputados já aqui abordaram e que é a data que nos permite hoje estar aqui a trabalhar de uma forma democrática, num regime democrático, a favor das nossas populações e é essencialmente essa palavra, essa postura e essa missão que queria aqui sublinhar. Queria também aproveitar a oportunidade para direccionar os meus parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que faz hoje 50 anos, e está de parabéns.----------
------Relativamente às questões que foram aqui colocadas, particularmente pela senhora deputada da CDU, Dora Lemos, é curiosa, permitam-me que o diga, curiosa a referência à perseguição, porque certamente no regime russo não há perseguição, no regime venezuelano não há perseguição, no regime cubano também não, na Coreia do Norte também não, estamos a falar aqui de expoentes máximos de regimes democráticos, onde as pessoas se podem expressar livremente, sem qualquer consequência; em qualquer um destes países essa situação fica bem demonstrada e afinal aqui o problema nesta invasão, o problema são mesmo os ucranianos, porque existem, porque se não existissem, e se a Ucrânia não existisse, não havia qualquer problema. Sobre a questão que coloca, fico um bocadinho surpreendido porque não passará certamente pela cabeça de alguém que um investimento daquela dimensão, com a alocação de meios, particularmente financiamentos comunitários, num valor muito significativo, seria aprovado para, utilizando as suas palavras, ficar muito bem na fotografia; isso é um equívoco, como

qualquer pessoa de consenso, facilmente consegue compreender. Aquele investimento, volto a dizê-lo e di-lo-ei até à enésima vez, se for necessário, é um investimento extraordinariamente essencial para o concelho. É essencial para captar empresas, para captar investimento, está muito direccionado para aquilo que tem a ver com o investimento com valor acrescentado, nós já não estamos na época de falar de empresas para a criação de 300 ou 400 postos de mão-de-obra intensiva, felizmente, essa também é uma conquista do regime democrático, é o aumento do nível de qualificação, já não estamos nesse patamar e portanto, captação de empresas, captação de investimento, atração e fixação de pessoas, são determinantes para o nosso território, naturalmente que um objectivo com estas características e com esta dimensão, não se faz apenas com intenções; claramente que existem documentos de suporte e eles foram elaborados e estão disponíveis no Portal da Câmara; aliás, se há algo pelo qual pugnamos, é pela transparência de todas as nossas decisões, para além daquilo que é o cumprimento do que está na lei, vamos muito além da lei, na transparência das informações e das decisões que são tomadas. Neste momento, e já que fala no assunto, estamos a concluir as questões de infra-estrutura, quem lá passa terá percebido certamente que há intervenções a serem executadas por parte da E-Redes; essas intervenções são também aquelas que vão injectar electricidade na Ampliação da Zona Industrial da Relvinha e, como sabem, esse é também um pressuposto para podermos ter a recepção do Loteamento. Sem prejuízo disso, estamos neste momento a concluir um processo de comunicação e de promoção daquela área de localização empresarial, temos recebido algumas manifestações de interesse, posso dizer-lhes que na próxima terça-feira vamos já apreciar a primeira candidatura para a instalação de uma empresa; estamos muito optimistas relativamente àquele processo. Devo dizer que é um processo em que, modéstia à parte, foi tudo feito como deve ser, foi tudo bem feito e continuará a sê-lo.----------

------Acerca das demais intervenções, nomeadamente aquelas que tocaram a temática que hoje assinalamos, do 25 de Abril, eu queria aproveitar também aqui o balanço que foi lançado pelo senhor deputado Vítor Almeida e repristinar algo que acho mesmo que foi determinante para estarmos hoje aqui em Democracia. Três tópicos muito rápidos: em primeiro lugar, Mário Soares, uma grande figura na afirmação da Democracia, percebeu rapidamente que ajustar contas com o passado, seria um absoluto desastre e não permitia a implementação do regime democrático, e isso, o nosso país deve-lhe de forma inequívoca. Também lhe deve a tolerância e ela foi manifestada em muitos actos, quer com aqueles que estiveram antes, quer com aqueles que estiveram depois, e basta lembrar-nos daquilo que foi uma vergonha para o país, que foram as Forças Populares do 25 de Abril, e que mesmo esses acabaram por ser absolvidos relativamente aos crimes que praticaram e houve também essa manifestação de tolerância. Depois há algo que muito cedo se percebeu, e era aí que queria chegar, a pretensão do PCP não era, de todo,

implementar uma democracia; isso, felizmente, ficou esclarecido com o 25 de Novembro.----------
------Relativamente à intervenção do senhor deputado Ricardo Pereira, eu queria destacar a consequência deste instrumento que foi aprovado recentemente, particularmente a Carta de Perigosidade. Para aqueles que acompanham mais ou menos as questões urbanísticas, estamos numa situação da versão do PDM de 2015, em que em espaço rural, agrícola e/ou florestal, é admissível, em algumas circunstâncias a edificação desde que a parcela tenha mais de um hectare e sejam acauteladas as distâncias das faixas dos 50 metros até ao limite da propriedade. Com a aplicação da Carta de Perigosidade, nomeadamente nas situações pintadas a vermelho, como foi referido, a edificação passa a ser impossibilitada. Se cruzarmos aquilo que será o impacto da aplicação desta Carta, com aquilo que já está a ser exigido nesta fase de transposição dos instrumentos de gestão territorial para o PDM, e com a retirada de espaço urbano, que está identificado como tal, dos próprios PDM, poderemos ficar numa circunstância de impedimento quase total de edificação, não apenas no nosso concelho, mas em toda esta região do Interior. Como disse, é mais um instrumento elaborado em Lisboa, não teve qualquer auscultação aos municípios, houve inclusivamente uma tomada de posição unânime por parte da Comunidade Intermunicipal, por parte do Conselho Intermunicipal, relativamente a esta matéria que aqui talvez seja das poucas coisas em que concordo com a senhora deputada da CDU, é que efectivamente houve aqui uma menorização dos municípios, das autarquias, e regista-se aqui um retrocesso face àquilo que é a autonomia do poder local. Não consigo perceber que se pretendam tratar as autarquias como uma qualquer direção de serviços, era aquilo que acontecia precisamente antes do 25 de Abril, inclusivamente com a nomeação dos Presidentes de Câmara; essas conquistas, naquilo que tem a ver com a autonomia do Poder Local, têm vindo a ser perdidas, mais por ação, às vezes também por omissão, mas este aqui é um bom exemplo.----------
------Relativamente à intervenção da senhora deputada Helena Dias, a senhora continua a falar de um município que não é este; não sei qual é que é, mas não é este. Felizmente, não tenho a experiência de estar na bancada do PSD com o Partido Socialista na governação autárquica, mas há aqui algumas pessoas que ainda se recordam desses tempos e talvez lhe possam explicar alguma coisa, como é que as coisas se passavam nessa altura. Em relação a transparência, senhora deputada, estou muito tranquilo relativamente a esta matéria. Posso dizer que mesmo antes de ser obrigatório, fomos o primeiro município a implementar uma Certificação Legal de Contas, em 2005, coisa que relativamente à qual, o PS sempre se tinha oposto; em relação a transparência, não recebo lições dessa natureza. Há algo que quero pedir-lhe: quando fizer citações daquilo que eu digo, faça-as de uma forma exacta, porque aquilo que a senhora disse que é uma citação, não é uma citação, e convido-a a ouvir a gravação, pois talvez isso possa ajudar a clarificar a sua dúvida.----------

------Relativamente à intervenção do senhor deputado José Miguel Marques, particularmente à Escola Secundária de Arganil, devo dizer que temos neste momento uma perspectiva muito moderada relativamente ao sucesso deste processo; devo esclarecer que se trata de um equipamento que é do Ministério da Educação e que o município se disponibilizou, sendo acautelado financeiramente, ajudar a reabilitar. Devo dizer que houve já um processo de empreitada que ficou deserto, que tem muito a ver com aquilo que é a confusão, aquilo que é a incerteza dos tempos que estamos a atravessar. Esse processo entretanto foi objecto de revisão, que foi posteriormente aprovada em sede de reunião de Câmara e foi novamente submetido um outro procedimento ao mercado e as propostas serão abertas amanhã; tomaremos algumas decisões em articulação com a CCDR relativamente a esta matéria. Isto porque estamos a falar, no âmbito deste quadro comunitário de intervenções que têm que estar concluídas até ao final do próximo ano e estamos já aqui com horizontes temporais, considerando as questões burocráticas dos vistos do Tribunal de Contas, tudo aquilo que tem a ver com essas componentes, estamos a falar já de prazos muito apertados; durante esta semana haveremos de conseguir formar opinião relativamente a este processo, mas devo reforçar que estou moderadamente optimista, relativamente a este processo; aqui a perspectiva é de copo meio cheio ou meio vazio."----------

------Teve a palavra o senhor deputado **Fernando Vale** para referir que "em primeiro lugar queria propor uma nota de pesar, porque foi algo que nos escapou na Assembleia Municipal anterior, e penso que é de total justiça apresentar aqui uma nota de pesar pelo falecimento da funcionária do município de Arganil, Helena Tavares, que assegurou o funcionamento do Museu do Piódão durante muitos anos; julgo que é de total e elementar justiça manifestar aqui uma nota de pesar desta Assembleia pelo seu falecimento.----------
------Relativamente a uma questão que foi colocada, respondo directamente ao Senhor Presidente porque não gosto de responder a elos de transmissão; quero dizer ao Senhor Presidente que talvez devessem estudar um bocadinho mais, porque a Cartografia de Perigosidade de Incêndio Rural resultou, não de um trabalho elaborado por um gabinete qualquer, mas foi financiado por um projecto do POSEUR, foi liderado pelo ICNF, onde a componente técnico-científica é da autoria de um consórcio que é liderado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, e tem um acompanhamento técnico próximo por parte da DGT. Toda a metodologia está publicada no site do ICNF e da DGT, pode ser facilmente consultado, portanto as dúvidas que o Senhor Presidente terá pode esclarecê-las através da análise desse documento. Esta Carta não foi objecto de pareceres negativos quer de técnicos ligados ao sector, quer da comunidade científica na área da gestão dos fogos rurais, inclusive teve uma apresentação pública e na mesma participaram cerca de 300 pessoas predominantemente oriundas da área da Proteção Civil e dos Gabinetes Técnicos Florestais, que também

não se manifestaram relativamente a esta questão. Dizer também que, com a alteração do anterior Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, que foi efectuada através do tal DL 82/2021, de 13 de Outubro, o legislador entendeu, e bem, que os critérios devem ser uniformes a nível nacional e não de base municipal local, como anteriormente eram feitos, porque só desta forma é que se traduz o mais fielmente possível a real classe de perigosidade dos diferentes territórios. A aplicação prevista no anterior Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de base municipal, gerava classificações distintas para situações de perigosidade idênticas; por exemplo, entre territórios contíguos, tínhamos terrenos classificados com perigosidade baixa e mesmo ao lado, no concelho vizinho, exactamente com a mesma cobertura vegetal, tínhamos riscos elevados. Foi para clarificar esta questão que se reproduziu esta metodologia. Também tenho aqui uma comparação, do concelho da Pampilhosa da Serra com a metodologia utilizada anteriormente no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a metodologia utilizada agora e, como poderá verificar, as áreas a verde e a amarelo são bastante maiores do que as áreas a vermelho, que anteriormente eram classificadas como áreas de perigosidade muito alta e alta. Isto faz-me lembrar aquela frase do Tomasi di Lampedusa ”*querem que tudo mude para ficar tudo na mesma*”, mas é mesmo para mudar, porque os incêndios de 2017 trouxeram consequências gravíssimas.”----------

------A Assembleia Municipal exarou um voto de pesar pelo falecimento de Helena Maria da Cruz Tavares, funcionária do município de Arganil.----------

------Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “fico esclarecido com esta intervenção; aliás, eu já desconfiava que isto era mais uma daquelas medidas centralistas, decidida nos gabinetes de Lisboa, por alguém que tenha dúvidas que conheça o território, mas há consequências muito severas para o território; significativas, aliás; devo dizer que estes territórios ficam praticamente impedidos de fazer o que quer que seja. Também fico esclarecido que relativamente à preocupação, não é preocupação do Presidente da Câmara de Arganil, é do Presidente da Câmara de Arganil e de pelo menos mais 18, que fazem parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a sua sugestão seja que estudem; portanto fico esclarecido relativamente a essa vontade de participação e a esse reconhecimento do papel das autarquias em processos que são decisivos para os territórios”.----------

------Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “acho que relativamente a este tema que aqui está em discussão, na qualidade de deputado intermunicipal, que o deputado Fernando Vale também é, acho que ficou bem evidente a preocupação que todos os Presidentes de Câmara têm relativamente a esta temática; por isso, se calhar, abrir a discussão e a devida explicação, tem que

ser dada não só ao município de Arganil, mas a todos os municípios. Fica fácil de perceber que ela não é dada porque simplesmente não existe".----------

------**Saíram da sala os senhores deputados municipais Fernando Vale e Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, deixando de participar nos trabalhos**.----------

ORDEM DO DIA

------**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta da Sessão Ordinária nº 1,** realizada no dia **26 de Fevereiro de 2022**.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 30 votos a favor, aprovar a acta nº 1, da sessão ordinária realizada no dia 26 de Fevereiro de 2022.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos segundo e terceiro fossem apreciados em conjunto, tendo todos os presentes concordado com a proposta**.----------

------Presentes os documentos de Prestação de Contas, relativos ao periodo de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, cuja cópia irá ser arquivada na secção financeira.----------

------Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer "permitam-me que use tempo deste ponto para me associar à nota de pesar relativamente à nossa funcionária Helena Tavares, que foi há pouco aqui manifestado pelo senhor deputado Fernando Vale e, ao mesmo tempo também, manifestar o pesar pelo falecimento dessa grande figura do teatro nacional, relativamente à qual foi inclusivamente declarado um dia de luto nacional, que foi Eunice Muñoz; aliás, esta data é também uma data importante para assinalar o papel incontornável desta actriz brilhante no nosso panorama nacional; encontrei numas notas que andei a ler, num artigo que foi publicado recentemente acerca da Eunice Muñoz, encontrei uma referência que não deixa de ser curiosa, que é a circunstância de, em 2001, quer Eunice Muñoz, quer o Rui de Carvalho, terem sido demitidos do Teatro Nacional D. Maria II.----------
------Relativamente à Prestação de Contas, vou ser muito sucinto; no capítulo dos Recursos Humanos fechamos o ano de 2021 com 217 colaboradores, 5 deles são

prestadores de serviços, encontra-se aqui o advogado, os trabalhadores que estão associados a alguns projectos cuja contratação acontece exclusivamente no âmbito da prestação de serviços, no caso dos programas na Área Social. Fechamos também o ano com uma taxa de absentismo significativa, próxima dos 16%, sendo que os trabalhadores do Regime de Proteção Social Convergente, foram geradores de 80% destas faltas por doença.----------

------Ao nível da Execução Orçamental, a receita cobrada ultrapassou os 19,8 milhões de euros, com uma taxa de execução de 86,7%. A despesa paga ultrapassou os 19,5 milhões de euros com uma taxa de execução de 85,3%. Estes indicadores o que vêm demonstrar é o ano de 2021 como o ano de melhor execução em termos absolutos, melhor execução de sempre. Tínhamos já neste ranking, assinalado o ano de 2019; ainda assim, aquilo que a prestação de contas nos permite constatar é que o ano de 2021 superou o desempenho que já tinha sido extraordinário no ano de 2019. Referir também o ponto de situação do Financiamento Bancário, entre aquilo que foi contraído e aquilo que foi amortizado, fechamos o ano de 2021 com um endividamento relativo a financiamento bancário na ordem dos 4.200.000,00€, um pouco inferior a este valor. Ao nível do resultado orçamental registamos uma poupança corrente superior a dois milhões e meio de euros, que significa que a receita corrente que poderia hipoteticamente ser utilizada em despesa corrente, conseguiu ser transposta para a despesa de capital; isso é algo que é de assinalar, é algo que é muito positivo, quando conseguimos afectar a investimento, receita que, em condições formais, poderia ser utilizada como despesa corrente. O saldo de capital por seu lado, é na ordem dos dois milhões e meio negativos, ou seja, foi compensado com esta situação de que falei há pouco, o que significa que fechamos o ano com um saldo de gerência de 268.525,19€ e um saldo orçamental de 301.655,64€.----------

------Em termos de tópicos principais do Balanço, o ano de 2021 fecha com um activo superior a 65,6 milhões de euros, um passivo na ordem dos 8,9 milhões de euros, património líquido de 56,7 milhões de euros e registou-se um resultado líquido positivo no ano de 2021 de 881.254,08€.----------

------Aquilo que a Contabilidade de Gestão nos permitiu perceber é que as funções que maior quantidade de recursos absorve são as funções sociais com um valor de aproximadamente 6,9 milhões de euros, seguidas pelas funções económicas com 3,6 milhões de euros, outras funções 1,6 milhões de euros e funções gerais 825 mil euros.----------

------Passando para a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido de 2021, de 881254,08€, a proposta é que seja transferido para a conta de resultados transitados, nos termos daquilo que é determinado pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.”----------

------**Saíram da sala o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pióbão e o Senhor Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, deixando de participar nos trabalhos**.----------

------Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que "muito obrigado Senhor Presidente. Começo por agradecer a apresentação feita pelo Senhor Presidente pois apresenta, de forma muito concisa, os dados mais importantes de um documento que é necessariamente extenso.----------
------De acordo com o dicionário português, fé, é o estado ou atitude de quem acredita ou tem esperança em algo.----------
------As contas que hoje levamos a votação têm na sua origem o orçamento apresentado para o ano de 2021. Aquando da apresentação desse orçamento e após a minha intervenção sobre a valia do mesmo, foram tecidos alguns comentários pela bancada do partido socialista para justificar a sua votação contra, na qual fui directamente visado por acreditar no conteúdo do orçamento e na capacidade do executivo municipal para o executar. Se bem me recordo, "deslumbramento fascinante do cristão novo" "maior divulgador da nova fé" e ainda que ao contrário de mim "moviam-se pouco por fé e fezadas". Hoje o que me apetece começar por dizer é que é importante ter fé, ou a crença, ou esperança, ou o que lhe quisermos chamar quando a base dessa fé é trabalho sério e rigoroso.----------
------2021 fechou um ciclo de gestão autárquica. Esse ciclo em Arganil vinha com a clara perspectiva de se tornar o mandato autárquico de maior volume de investimento público de sempre no nosso território. 2019 era o ano histórico em que a receita e a despesa apresentavam os maiores valores investidos que há memória no nosso concelho. Por sua vez, 2021 apresentava-se como um ano difícil, obviamente marcado pela luta contra a pandemia e em que era necessário dar continuidade aos projectos de maior relevo que se encontravam em execução. Hoje analisamos numericamente o trabalho realizado em 2021 e percebemos o excelente trabalho que foi feito.----------
------A elaboração de um orçamento é, em primeira instância, um explanar de ideias e perspectivas que estarão sempre sujeitas aos imponderáveis que possam surgir. Se num quadro normal já assim é, num cenário de pandemia obviamente que o factor de imprevisibilidade aumenta significativamente. Apesar disso, a proposta de orçamento para 2021 era arrojada. Propunha-se a marcar novos *records* em termos de investimento no concelho. Diz o ditado que é mais fácil dizer que fazer. Vejamos então o que foi feito.----------
------No sector do desenvolvimento económico, o mais importante projecto do nosso concelho deu em 2021 passos gigantes para a sua conclusão. A principal zona empresarial do concelho é hoje uma infra-estrutura moderna, capaz de ser um factor preponderante na atractividade de empresas e consequente criação de emprego. Ponto fundamental para a fixação de pessoas no nosso território.----------

------Ainda no que diz respeito a obras municipais, é impossível não fazer uma referência ao vasto programa de reabilitação da rede viária do concelho. Foi de tal forma vasto que chegou a ser classificado de festival do alcatrão. Mesmo que incomode, não ficará certamente por aqui.----------
------No combate à pandemia, perante o que era da sua competência, a resposta do município de Arganil foi exemplar. Dando continuidade às medidas introduzidas em 2020, quer no âmbito social quer no âmbito económico, o executivo deixou evidente a sua preocupação para com tudo e todos no nosso território.----------
------Na educação, a continuidade em 2021 do investimento realizado ao longo dos últimos anos demonstra a preocupação em proporcionar a todas as crianças e jovens de Arganil um ensino da melhor qualidade. Os constantes investimentos realizados ao nível das infra-estruturas existentes, bem como da manutenção da gratuitidade dos transportes, são sinónimo disso mesmo.----------
------Na cultura, por ser um dos sectores que mais sofreu com a pandemia, fruto da necessidade de cancelar múltiplos eventos, é de destacar a capacidade de adaptação que foi feita a alguns destes eventos, como são exemplo a semana gastronómica Sabores de Cá e as Noites de Verão. Apesar da dificuldade, a agenda cultural não ficou vazia.----------
------No turismo, foi reforçada a aposta na vertente de turismo de natureza, onde o nosso território tem tudo para proporcionar ofertas únicas. A beleza natural do nosso concelho associada a infra-estruturas adequadas e modernas, como as que resultam dos investimentos promovidos no Piódão e em S. Martinho da Cortiça, trarão de futuro mais e melhores resultados do turismo em Arganil.----------
------No desporto e apesar do cancelamento de alguns eventos importantes pela situação pandémica, destaco o regresso do *rally* de Portugal aos nossos troços. Digna de destaque é também a iniciativa promovida por ocasião da semana europeia do desporto, que com o envolvimento de diversos parceiros da região permitiu realizar actividades de diversos desportos, envolvendo um número muito significativo de pessoas. Pela inovação que apresentou e pelo número de pessoas envolvidas é certamente uma iniciativa a repetir.----------
------No ambiente e floresta, faço nota da conclusão do investimento superior a 12 milhões de euros que o Município, em conjunto com a Águas do Centro Litoral, realizou no sistema de abastecimento de águas do nosso concelho, bem como no contínuo investimento realizado no saneamento e na gestão de resíduos sólidos urbanos. Pelo potencial inovador amplamente reconhecido, não posso deixar de fazer destaque do sistema de recolha selectiva porta-a-porta de resíduos sólidos valorizáveis de Arganil e do crescimento que apresentou em 2021. Neste ponto, é imperial também reconhecer o projecto floresta da Serra do Açor, já devidamente destacado no periodo antes da ordem do dia. É um projecto único a nível nacional, que sofreu uma evolução significativa no ano de 2021. Este projecto é algo que tem que orgulhar todos os arganilenses.----------

------Na acção social, as múltiplas iniciativas promovidas pelo município dão continuidade a uma política de preocupação com todos os cidadãos do nosso território, com particular ênfase para os mais vulneráveis, promovendo uma melhoria contínua da qualidade de vida em Arganil. Destaco mais uma vez a devolução integral dos 5% do IRS a que o município teria direito por lei - 255 mil € deixados na mão dos Arganilenses. Deixo uma breve nota para iniciativas como o "Estar onde + é preciso", a loja social de Arganil, o "Alimentar + em Arganil" e o protocolo "Vacinação SNS Local" como exemplo da preocupação social existente no nosso município. Fica evidente que para este executivo em Arganil todos contam, efectivamente.----------
------No relacionamento com as Juntas de Freguesia, o acréscimo de 150 mil euros face ao valor transferido em 2020, totalizando cerca de 650 mil euros em 2021 ao abrigo de contratos programa, evidencia bem a preocupação em dotar os agentes do poder local mais próximos da população de capacidade para resolver os problemas, que só a proximidade permite identificar e priorizar devidamente.----------
------O associativismo, que tão afectado foi pela pandemia de Covid-19, não foi esquecido por este executivo e beneficiou de apoios de mais de 92 mil euros.----------
------Em resumo e retratado em números vertidos nestes documentos de prestação, que avaliação é que podemos dar ao exercício de 2021? Vejamos:----------
---Ao nível da receita e da despesa total, 2021 estabelece novos *records*, superando o ano de 2019 com um valor de receita cobrada que ultrapassa os 19,8 milhões de euros e com um valor de despesa paga de mais de 19,5 milhões de euros. Se batemos *record*s do que é gasto/investido no nosso território, só o podemos considerar como óptimo;----------
---Ao nível da execução orçamental, com a receita cobrada a apresentar um nível de execução de 86,7% e a despesa paga a apresentar um nível de execução de 85,3%, estamos perante níveis de execução orçamental dos mais elevados registados até à data de hoje. Ora, mais uma vez se estamos perante máximos de execução, óptimo;
---O endividamento bancário sofreu um crescimento de 31,3%, muito por conta da necessidade de dar suporte aos investimentos sem comparticipação dos fundos europeus. Ainda assim, é de referir que o município se encontra muito longe dos limites de endividamento, como é possível perceber através do apuramento da capacidade de endividamento a 31/12/2021 com uma margem ainda disponível para endividamento de cerca de 11 milhões de euros. Fica também evidente que, para o município de Arganil, os seus fornecedores não servem de banco. A dívida está onde deve estar, nas entidades que servem para emprestar dinheiro, os bancos. Aumentou a dívida a bancos, sim, mas de forma controlada e a troco de investimentos de dimensão ímpar no nosso território. Se assim é, não me parece um problema;----------
---O activo do município aumentou consideravelmente, por consequência dos investimentos muito significativos realizados no decorrer do ano de 2021, ultrapassando os 65 milhões de euros. Se os nossos activos aumentam, óptimo, valemos mais;----------

---O resultado líquido é de mais de 880 mil euros. O município de Arganil não existe, obviamente, com o intuito principal de procurar o *superavit* das suas contas. O seu objectivo máximo será sempre o de maximizar a qualidade de vida de todos os munícipes. Por um lado, essa não foi de forma alguma comprometida ou afectada e, por outro, é necessário percebermos o que é que contabilisticamente justifica este valor. Contabilisticamente, despesa que é levada a custo é diferente de investimento do qual é apenas considerada a sua parcela de depreciação. Impacta também de forma muito significativa a alteração dos novos prazos de depreciação que o novo sistema contabilístico SNC introduziu. Ainda assim, não comprometendo a evolução do concelho, como é inequivocamente o caso, resultados positivos são sempre motivo de orgulho.----------
------Finalizo dizendo que é evidente que o trabalho realizado em 2021 por este executivo foi um excelente trabalho. Encerrou um ciclo autárquico, iniciou outro. Fechou com chave de ouro o passado e elevou a fasquia para o que agora se iniciou. Os números falam por si. E o que nos dizem, acima de tudo, é que precisam de continuidade. Senhor Presidente, que estes resultados sirvam de efeito potenciador e moralizador para que os de 2022 sigam no mesmo sentido.----------
------Estes resultados são de tal forma bons que conseguiram algo que acredito que seja pouco comum: uma aprovação por unanimidade em sede de reunião de câmara. Eu sempre tive fé. A nossa oposição parece ter agora um pouco mais que aquilo que demonstrou aquando da apresentação do orçamento. Se não foi por fé, então terá sido mesmo porque sabem reconhecer um bom trabalho. E se assim é, têm o meu agradecimento.----------
------Quanto às contas, elas estão bem e recomendam-se. Assim, aprovem-se. Obrigado."----------

------Teve a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para referir que "permita-me que utilize o tempo que resta ainda à bancada do PSD, não para falar sobre este ponto da ordem de trabalhos, mas simplesmente pelo facto de se ter esgotado o tempo no periodo de Antes da Ordem do Dia; queria fazer duas referências muito breves; uma relativamente à congratulação da bancada Social-Democrata pelo facto de ter sido nomeado como coordenador do Gabinete de Apoio Humanitário da Ordem dos Médicos para a situação da crise na Ucrânia, o nosso deputado municipal Vítor Almeida; esperamos que, desta nomeação, resulte um trabalho profícuo em prol daqueles que neste momento necessitam de todo o nosso apoio.----------
------O outro assunto relaciona-se e permita-me que o faça pessoalmente, à senhora deputada Dora Lemos: as coisas têm que ser vistas com o realismo que trazemos nas palavras que proferimos. Fala-se em liberdade, o Partido Comunista fala em liberdade, mas também viola a liberdade e numa afirmação que a senhora deputada fez há pouco, que esta Assembleia devia preocupar-se mais com os assuntos locais, pois eu vou trazer aqui um assunto local que é realmente um atropelo à liberdade da ocupação do espaço público na sede do concelho e não só, aquando da propaganda eleitoral. O Partido Comunista não pode nem deve ter o privilégio de ocupar espaço

público sem autorização, com os cartazes que hoje se colocam; inicialmente era só um, mas agora já vai no segundo, aqui no largo da Fonte de Amandos. É um autêntico atropelo à liberdade de utilização do espaço público para o qual não tem autorização de utilização. Eu fazia-lhe uma sugestão, ao mesmo tempo um pedido, para que, junto do comité local do Partido Comunista, retirasse ou mandasse retirar os cartazes ou placards como lhe queira chamar, porque para além da poluição ambiental que provocam constitui um autêntico atropelo à utilização do espaço público. É uma sugestão, é um pedido, espero que na próxima Assembleia este pedido esteja satisfeito; se tal não acontecer, é óbvio que apresentarei uma proposta para a retirada coerciva dos referidos cartazes. Creio que compreenderá, não basta ter na CDU o Partido Ecologista Os Verdes e depois fazer-se exactamente o contrário."----------

------Pediu a palavra a senhora deputada **Dora Lemos** para referir que "nós não ocupámos nada indevidamente, está tudo de acordo com a lei; eu sugiro esse pedido legalmente, para avançar coercivamente; nós temos tanto direito de ocupar o espaço público com propaganda como qualquer outro partido. É uma questão de agir legalmente, está bem?"----------

------Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para "dar um esclarecimento relativo a este assunto, que é um bocado transversal às Contas, mas para ficarem esclarecidos. Sim, é verdade como disse o senhor deputado Luis Gomes, que está um Regulamento aprovado do último mandato, relativamente à questão da propaganda política; devo informar que no início do mandato anterior tentámos cumprir esse regulamento que o senhor vereador Luis Almeida tomou a iniciativa de dar a indicação, depois de serem cumpridas as notificações todas que estavam previstas no regulamento, deu indicação para serem retirados esses painéis de metal que estão agarrados a alguns postes na via pública; poucas horas depois disso ter acontecido, isso na altura não foi do meu conhecimento, poucas horas depois disso ter acontecido e depois de me ter sido transmitido que tinham sido retirados, de imediato dei indicação para serem de novo colocados no local e em menos de 24 horas esses cartazes de chapa estavam novamente colocados no sítio. Isso não foi suficiente, às vezes a democracia é boa também para nos ajudara relembrar estes episódios, a reposição da situação não foi suficiente para o responsável da estrutura local do PCP ficar moralmente impedido de fazer participação relativamente ao senhor vereador e relativamente à minha pessoa, por essa situação; estivemos os dois constituídos arguidos por esse grande crime, que foi durante menos de 24 horas essas chapas metálicas terem sido retiradas dos postes; naturalmente que os processos foram arquivados, porque ainda existe algum bom-senso, mas foi essa grande manifestação de democracia, foi esse acto que não posso deixar de considerar de persecutório, desde logo porque o assunto estava resolvido. Tudo isto para dizer que, do ponto de vista legal, por mais que possa parecer estranho, a CDU tem direito a ter aquelas coisas agarradas aos postes, pese embora o perigo que

provoquem para os cidadãos, particularmente para os invisuais, pois já não seria a primeira vez que haveria problemas; mas isto é absolutamente compatível com aquilo que é a política, que é a linha do Partido Ecologista Os Verdes, que certamente deve concordar com esta prática."----------

------**SEGUNDO:** Apreciação e votação dos **documentos de Prestação de Contas,** relativos ao periodo de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021, nos termos do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, na actual redação, conjugado com a alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor, e 1 abstenção, aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativos ao periodo de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021, nos termos do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, na actual redação, conjugado com a alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta da **aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2021,** nos termos do disposto no ponto 2.7.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na actual redação.----------

------Analisada que foi a proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2021, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 28 votos a favor e 1 abstenção, aprová-la, nos termos do disposto no ponto 2.7.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na actual redação.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**Saiu da sala o senhor deputado municipal Miguel Dias, deixando de participar nos trabalhos**.----------

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos quarto ao sexto fossem apreciados em conjunto, tendo todos os presentes concordado com a proposta**.----------

------**QUARTO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, na União das Freguesias de Cepos e Teixeira**, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Presente a Proposta I/DAGF/41/2022, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------

PROPOSTA

ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ARGANIL NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CEPOS E TEIXEIRA

------Considerando que:----------
------• No dia 30 de março do corrente ano, o Município de Arganil celebrou, com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, o contrato interadministrativo de delegação de competências, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.----------
------• A minuta do citado contrato interadministrativo foi presente em reunião da Câmara Municipal de 30/11/2021, em conformidade com o disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e submetida à sessão da Assembleia Municipal de Arganil de 04/12/2021, que autorizou a sua celebração, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º do RJAL.----------
------• A referida minuta foi presente em reunião da Junta da União de Freguesias em 11/12/2021, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do nº 1 do artigo 16ª do RJAL, e submetida à sessão da Assembleia da União de Freguesias de 03/12/2021, que autorizou a sua celebração, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do RJAL.----------
------• Após a outorga do contrato interadministrativo, foi verificada a necessidade de se proceder à eliminação do teor da Cláusula 2ª, devido ao facto de não ser exequível, à União das Freguesias, assumir a delegação de competências nela previstas.----------
------• Conforme estabelecido no nº 1 da Cláusula 5ª, o valor de 8.992,93€ (oito mil novecentos e noventa e dois euros noventa e três cêntimos), a transferir no âmbito do presente contrato interadministrativo não incluía o exercício das competências delegadas ao abrigo da citada cláusula 2ª, pelo que este montante permanece inalterado.----------
------Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea m) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º do RJAL, a eliminação da Cláusula 2ª do contrato interadministrativo de delegação de competências na União das Freguesias de Cepos e Teixeira, passando a vigorar a versão anexa à presente proposta, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.----------
------Paços do Município de Arganil, O Presidente da Câmara Municipal----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a Proposta I/DAGF/41/2022, aprovar a Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, na União das Freguesias de Cepos e Teixeira, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**QUINTO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, na Freguesia de Pombeiro da Beira**, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Presente a Proposta I/DAGF/42/2022, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------

PROPOSTA

ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ARGANIL NA FREGUESIA DE POMBEIRO DA BEIRA

------Considerando que:----------
------• No dia 30 de março do corrente ano, o Município de Arganil celebrou, com a Freguesia de Pombeiro da Beira, o contrato interadministrativo de delegação de competências, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.----------
------• A minuta do citado contrato interadministrativo foi presente em reunião da Câmara Municipal de 30/11/2021, em conformidade com o disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e submetida à sessão da Assembleia Municipal de Arganil de 04/12/2021, que autorizou a sua celebração, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º do RJAL.----------
------• A referida minuta foi presente em reunião da Junta de Freguesia em 03/12/2021, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do nº 1 do artigo 16ª do RJAL, e submetida à sessão da Assembleia de Freguesia de 17/12/2021, que autorizou a sua celebração, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do RJAL.------
------• Após a outorga do contrato interadministrativo, foi verificada a necessidade de se proceder à correção do teor da Cláusula 4ª, devido ao facto de, por lapso, não ter ficado consagrado que o valor de 11.287,04€ (onze mil duzentos e oitenta e sete euros e quatro cêntimos), não incluía os encargos com a delegação de competências no âmbito da gestão de equipamentos de drenagem de águas residuais, prevista na alínea e) da Cláusula 1ª, à semelhança dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados para os mandatos anteriores.----------
------Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea m) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, delibere submeter à Assembleia Municipal a

aprovação, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º do RJAL, da correção da Cláusula 4ª do contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de Pombeiro da Beira, passando a vigorar a versão anexa à presente proposta.----------
------Paços do Município de Arganil, O Presidente da Câmara Municipal----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a Proposta I/DAGF/42/2022, aprovar a Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, na Freguesia de Pombeiro da Beira, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**SEXTO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, na Freguesia de S. Martinho da Cortiça**, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Presente a Proposta I/DAGF/43/2022, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------

PROPOSTA

ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ARGANIL NA FREGUESIA DE SÃO MARTINHO DA CORTIÇA

------Considerando que:----------
------• No dia 30 de março do corrente ano, o Município de Arganil celebrou, com a Freguesia de São Martinho da Cortiça, o contrato interadministrativo de delegação de competências, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.----------
------• A minuta do citado contrato interadministrativo foi presente em reunião da Câmara Municipal de 30/11/2021, em conformidade com o disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, e submetida à sessão da Assembleia Municipal de Arganil de 04/12/2021, que autorizou a sua celebração, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º do RJAL.----------
------• A referida minuta foi presente em reunião da Junta de Freguesia em 30/11/2021, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do nº 1 do artigo 16ª do RJAL, e submetida à sessão da Assembleia de Freguesia de 17/12/2021, que autorizou a sua celebração, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do RJAL.------
------• Após a outorga do contrato interadministrativo, foi verificada a necessidade de se proceder à correção do teor da Cláusula 4ª, devido ao facto de, por lapso, não ter ficado consagrado que o valor de 10.866,42€ (dez mil oitocentos e sessenta e seis

euros quarenta e dois cêntimos), não incluía os encargos com a delegação de competências no âmbito da gestão de equipamentos de drenagem de águas residuais, prevista na alínea e) da Cláusula 1ª, à semelhança dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados para os mandatos anteriores.----------
------Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência conferida pela alínea m) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação, nos termos da alínea k) do nº1 do artigo 25º do RJAL, da correção da Cláusula 4ª do contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de São Martinho da Cortiça, passando a vigorar a versão anexa à presente proposta.----------
------Paços do Município de Arganil, O Presidente da Câmara Municipal----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a Proposta I/DAGF/43/2022, aprovar a Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município, na Freguesia de S. Martinho da Cortiça, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos sétimo ao décimo sétimo fossem apreciados em conjunto, tendo todos os presentes concordado com a proposta**.----------

------Presentes as Minutas dos Contratos Programa em apreço, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e cujas cópias se anexam à acta.----------

------Presente ainda a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------

------Exmo. Senhor Presidente,----------
------Em coerência com o solicitado por V.ª Ex.ª e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).----------
------Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de

Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Benfeita, Celavisa, Piódão, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Secarias, Uniões de Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende a 170.000€ (cento e setenta mil euros), destacando-se, pela sua importância, as seguintes:----------
------• Objeto e Valor das comparticipações:----------
---Freguesia de Benfeita: "Reforço de Ponte em Dreia": 15.000 € (quinze mil euros).---
---Freguesia de Celavisa: "Abertura e conservação de estradões florestais na freguesia": 10.000,00€ (dez mil euros).----------
---Freguesia de Piódão: "Construção de um espaço de lazer junto à Fonte Velha, na localidade de Malhada Chã, com arranjo de terraço e muro": 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros)----------
---Freguesia de Pombeiro da Beira: "Reparação e pintura da escola primária e da creche de Pombeiro da Beira": 22.500,00€ (vinte e dois mil e quinhentos euros)---------
---Freguesia de São Martinho da Cortiça: "Construção de estrutura e cobertura de abrigo das viaturas e parque fechado de recolha de monos da Junta de Freguesia e a construção e execução de passeio no cemitério da freguesia": 20.000,00€ (vinte mil euros)----------
---Freguesia de Sarzedo: "Instalação de platibanda em inox e vidro temperado laminado na escola primária e a instalação de WC públicos no Largo do Outeiro (2.ª fase)": 20.000,00€ (vinte mil euros)----------
---Freguesia de Secarias: "melhoramentos na Praia Fluvial da Cascalheira; a reparação de valetas na Rua Vale Peitalva, Ruas Três Bacelos, Rua da Escola e Rua António Duarte Alves e a elaboração do procedimento de concurso público para funcionária da Junta de Freguesia": 10.000,00€ (dez mil euros)----------
---União de Freguesias de Cepos e Teixeira: "Construção de calçada na Rua das Hortas, em Relvas": 15.000,00€ (quinze mil euros)----------
---União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: "Reparação de muro em xisto e colocação de gradeamento em madeira tratada, abertura de caixa, fornecimento e aplicação de calçada em pedra de seixo na Rua dos Cortinhais em Cerdeira; e reparação do lavadouro em Cerdeira, com substituição de rede de água e todos os trabalhos de alvenaria e restauro": 15.000,00€ (quinze mil euros)----------
---União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: "Alcatroamento da Travessa da Eira em Barril do Alva; Instalação de plataforma flutuante do rio; Assentamento de calçada de seixo redondo no Barril do Alva; Construção de valetas na Rua da União e Progresso e Rua Joaquim Madeira em Barril do Alva; Reparações no cemitério de

Barril do Alva; Fornecimento e aplicação de calçada de granito em Esculca; Obras de reabilitação do Açude do Caneiro das Rabaças": 20.000,00€ (vinte mil euros)----------
---União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz: "Requalificação (calcetamento) da Rua da Escola de Anseriz até ao cemitério": 10.000,00€ (dez mil euros)----------
------• Prazo de Vigência: Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;----------
------• Pagamento: Duas Prestações: 1.ª Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.ª Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.----------
------• Prazo de cumprimento: - até ao final de 2022----------
------• Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;----------
------• Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.----------
------Anexo minuta dos contratos programa, informações de cabimento e de compromisso.----------
------À Consideração Superior,----------

------Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para "fazer um esclarecimento; três freguesias não constam dos Contratos Programa por opção própria e refiro-me em concreto às freguesias de Arganil, de Folques e de Pomares. E a opção própria é muito simples de perceber e de explicar; estas freguesias manifestaram intenção de prescindir dos Contratos Programa, com a vontade do município executar algumas intervenções que não se encontravam previstas nas respectivas freguesias. No caso de Arganil, trata-se da pavimentação dos arruamentos dentro da aldeia de Valbona, no caso de Folques trata-se de execução de passeios junto a um conjunto de arruamentos que vão ser beneficiados e no caso de Pomares apenas uma situação parcial, que tem a ver com a zona balnear de Agroal."----------

------**SÉTIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita,** com vista a comparticipar financeiramente os trabalhos de reforço de Ponte em Dreia, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a comparticipar financeiramente os trabalhos de reforço de Ponte em Dreia, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**OITAVO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa,** com vista a comparticipar financeiramente os trabalhos de abertura e conservação de estradões florestais na freguesia, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa, com vista a comparticipar financeiramente os trabalhos de abertura e conservação de estradões florestais na freguesia, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**NONO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão,** com vista a comparticipar financeiramente a construção de um espaço de lazer junto à Fonte Velha, na localidade de Malhada Chã, com arranjo de terraço e muro, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a comparticipar financeiramente a construção de um espaço de lazer junto à Fonte Velha, na localidade de Malhada Chã, com arranjo de terraço e muro, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira,** com vista a comparticipar financeiramente a reparação e pintura da escola primária e da creche de Pombeiro da Beira, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira, com vista a comparticipar financeiramente a

reparação e pintura da escola primária e da creche de Pombeiro da Beira, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.--------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO PRIMEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça,** com vista a comparticipar financeiramente a construção de estrutura e cobertura de abrigo das viaturas e parque fechado de recolha de monos da Junta de Freguesia e a construção e execução de passeio no cemitério da freguesia, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, com vista a comparticipar financeiramente a construção de estrutura e cobertura de abrigo das viaturas e parque fechado de recolha de monos da Junta de Freguesia e a construção e execução de passeio no cemitério da freguesia, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO SEGUNDO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Sarzedo,** com vista a comparticipar financeiramente a instalação de platibanda em inox e vidro temperado laminado na escola primária e a instalação de WC públicos no Largo do Outeiro (2.ª fase), a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Sarzedo, com vista a comparticipar financeiramente a instalação de platibanda em inox e vidro temperado laminado na escola primária e a instalação de WC públicos no Largo do Outeiro (2.ª fase), a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO TERCEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias,** com vista a comparticipar financeiramente os melhoramentos na Praia

Fluvial da Cascalheira; a reparação de valetas na Rua Vale Peitalva, Rua Três Bacelos, Rua da Escola e Rua António Duarte Alves e a elaboração do procedimento de concurso público para funcionária da Junta de Freguesia, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a comparticipar financeiramente os melhoramentos na Praia Fluvial da Cascalheira; a reparação de valetas na Rua Vale Peitalva, Rua Três Bacelos, Rua da Escola e Rua António Duarte Alves e a elaboração do procedimento de concurso público para funcionária da Junta de Freguesia, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO QUARTO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira,** com vista a comparticipar financeiramente a construção de calçada na Rua das Hortas, em Relvas, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira, com vista a comparticipar financeiramente a construção de calçada na Rua das Hortas, em Relvas, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.--------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO QUINTO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra,** com vista a comparticipar financeiramente a reparação de muro em xisto e colocação de gradeamento em madeira tratada, abertura de caixa, fornecimento e aplicação de calçada em pedra de seixo na Rua dos Cortinhais em Cerdeira; e reparação do lavadouro em Cerdeira, com substituição de rede de água e todos os trabalhos de alvenaria e restauro, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a comparticipar

financeiramente a reparação de muro em xisto e colocação de gradeamento em madeira tratada, abertura de caixa, fornecimento e aplicação de calçada em pedra de seixo na Rua dos Cortinhais em Cerdeira; e reparação do lavadouro em Cerdeira, com substituição de rede de água e todos os trabalhos de alvenaria e restauro, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO SEXTO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva,** com vista a comparticipar financeiramente o alcatroamento da Travessa da Eira em Barril de Alva; a instalação de plataforma flutuante do rio; o assentamento de calçada de seixo redondo no Barril de Alva; a construção de valetas na Rua da União e Progresso e Rua Joaquim Madeira em Barril de Alva; as reparações no cemitério de Barril de Alva; o fornecimento e aplicação de calçada de granito em Esculca e as obras de reabilitação do Açude do Caneiro das Rabaças, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a comparticipar financeiramente o alcatroamento da Travessa da Eira em Barril de Alva; a instalação de plataforma flutuante do rio; o assentamento de calçada de seixo redondo no Barril de Alva; a construção de valetas na Rua da União e Progresso e Rua Joaquim Madeira em Barril de Alva; as reparações no cemitério de Barril de Alva; o fornecimento e aplicação de calçada de granito em Esculca e as obras de reabilitação do Açude do Caneiro das Rabaças, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO SÉTIMO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz,** com vista a comparticipar financeiramente a requalificação (calcetamento) da Rua da Escola, de Anseriz, até ao cemitério, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/44/2022, aprovar o Contrato-Programa com

a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a comparticipar financeiramente a requalificação (calcetamento) da Rua da Escola, de Anseriz, até ao cemitério, a realizar pela Junta de Freguesia, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO OITAVO:** Apreciação e votação da proposta de **Estratégia Local de Habitação de Arganil**, nos termos do nº 1 do artigo 2º da Portaria nº 230/2018, de 17 de Agosto, na actual redação, conjugado com o artigo 30º do Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de Junho, na actual redação.----------

------Presente a proposta de Estratégia Local de Habitação de Arganil, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e cuja cópia se anexa à acta.----------

------Presente ainda a informação técnica INF/DDES ASO/1/2022, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------

------Sendo a habitação um direito consagrado na Constituição Portuguesa, é também, cada vez mais, uma preocupação deste Município, constituindo-se como uma temática estruturante no concelho, sobretudo quando associada a pessoas e agregados financeiramente carenciados, em situações mais vulneráveis.----------
------A Nova Geração de Políticas de Habitação - NGPH, foi desenvolvida precisamente no sentido de ultrapassar situações de carência e vulnerabilidade no acesso à habitação, perspetivando o alargamento de habitação para arrendamento público, destacando-se neste processo o papel fundamental das autarquias locais, dadas as suas relações de proximidade com os cidadãos e o território, constituindo-se assim como uma inequívoca oportunidade.----------
------No quadro de soluções da NGPH, o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, surge no sentido de garantir o direito de acesso à habitação, numa dinâmica predominantemente dirigida à reabilitação e arrendamento, promovendo a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo.----------
------Desta forma, o Município de Arganil, consciente da oportunidade em causa, da sua pertinência e utilidade no planeamento da intervenção pública à escala local, assim como do papel imprescindível dos municípios na implementação das políticas de habitação e reabilitação, elaborou a presente Estratégia Local de Habitação - ELH.
------A Estratégia Local de Habitação de Arganil (ELH-ARG) pode considerar-se como um instrumento programático de caráter estratégico e de âmbito municipal, que deve estar articulado com o a estratégia de reabilitação urbana de ARGANIL (PERU) e

com os demais instrumentos de gestão territorial (nomeadamente o Plano Diretor Municipal - PDM) ou com especial incidência na habitação ou na reabilitação urbana.----------Como instrumento de iniciativa municipal, a ELH é fundamental para a concretização dos princípios orientadores delineados pela NGPH e, em particular, no 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Este programa adota o princípio do planeamento estratégico local, num modelo de governança multinível, integrado e participativo, desta forma, a ELH vai responder às especificidades locais, acautelando a possibilidade de serem agilmente adaptadas a par da evolução das fragilidade e das oportunidade do território.----------
----------O principal objetivo do município de Arganil, com a concretização da sua ELH para o horizonte temporal 2022-2026 a partir de um diagnóstico atualizado das carências habitacionais das famílias que aqui residem, é garantir a todos o efetivo direito à habitação condigna, assegurando a melhoria da qualidade de vida da população, designadamente através da captação de recursos financeiros para o seu território (reforçado pelo aparecimento do PRR, que dá enfase à ELH para concretização dos financiamentos).----------
----------Neste âmbito, o município de Arganil considera determinante a elaboração da Estratégia de Habitação Local, como instrumento para conhecer a sua realidade nesta matéria e como um mecanismo fundamental para a candidatura ao 1º Direito, pois tal como determina a Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, “Na prossecução do primeiro objetivo da Nova Geração de Políticas de Habitação, de dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, o 1.º Direito é um novo programa de apoio público que visa garantir as condições de acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional adequada.”----------
----------A presente ELH pretende integrar todos os conteúdos necessários à clara compreensão da realidade e contexto atual do concelho de Arganil, nomeadamente através da garantia da sua articulação com os princípios do 1º Direito, incluindo um diagnóstico atualizado das carências habitacionais das pessoas vulneráveis residentes no concelho, assim como a apresentação de soluções para as mesmas e a sua priorização, definindo uma estratégia de atuação ativa e direcionada para a resolução dos problemas.----------
----------Neste sentido, e tendo em conta a importância da implementação da Nova Geração de Políticas de Habitação, nomeadamente o 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, vimos por este meio enviar a V. Exas, o documento em anexo, a Estratégica Local de Habitação de Arganil para apreciação e votação em reunião de Câmara e submissão à Assembleia Municipal.----------
----------À Consideração Superior----------

----------Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “enquadrar a Estratégia Local de Habitação; para o processo em que estamos a trabalhar, ela está intimamente relacionada com o programa que é o Primeiro Direito, que é um

programa de financiamento no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, que tem por objectivo financiar intervenções que permitam dotar de condições condignas algumas habitações que não as têm; estamos a falar mesmo de situações que são críticas. Inserem-se neste programa, ou como possíveis de elegibilidade, desde logo aquilo que são os equipamentos ou estruturas de habitação social, o município com talvez menos de meia dúzia de habitações sociais que tem nos bairros de Arganil e de Côja, as instituições particulares de solidariedade social e as Misericórdias, desde logo em relação aos bairros que possuem, e naturalmente também os particulares. Esta Estratégia aprovada, e validada pelo IRU, que é o organismo público que está responsável por esta matéria, é essencial e é um pressuposto obrigatório para que essas habitações possam ser candidatáveis a este programa."----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DDES ASO/1/2022, aprovar a Estratégia Local de Habitação de Arganil, nos termos do nº 1 do artigo 2º da Portaria nº 230/2018, de 17 de Agosto, na actual redação, conjugado com o artigo 30º do Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de Junho, na actual redação.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**DÉCIMO NONO:** Apreciação e votação da proposta de **emissão de Certidão de Declaração de Interesse para a Economia do Concelho**, relativamente a um pavilhão industrial, localizado em Marco, EN 17 – km 47,70, freguesia de S. Martinho da Cortiça, de Alfredo Pinto Fonseca Morgado.----------

------Presente a informação técnica INF/DGU/749/2022, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e cuja cópia se anexa à acta.----------

------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DGU/749/2021, aprovar a emissão de Certidão de Declaração de Interesse para a Economia do Concelho, relativamente a um pavilhão industrial, localizado em Marco, EN 17 – km 47,70, freguesia de S. Martinho da Cortiça, de Alfredo Pinto Fonseca Morgado.----------

------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.----------

------**VIGÉSIMO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Fevereiro de 2022 e 31 de Março de 2022, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de

compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-

------Presente a informação técnica INF/DAGF/101/2022, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.----------

------A Assembleia Municipal tomou conhecimento, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/101/2022).----

------**VIGÉSIMO PRIMEIRO: Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do RJAL.----------

------Presentes o Relatório Financeiro bem como o Relatório de Actividades do Município, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.----------

------A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao periodo de 01/01/2022 a 31/03/2022 e do Relatório de Actividades, correspondente ao periodo de 01/03/2022 a 15/04/2022.----------

ENCERRAMENTO

------Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.----------

------Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.----------

_____

_____